
Movimento Paralímpico: análises e reflexões acerca do curso introdutório de formação profissional oferecido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

The Paralympic Movement: Analyses and Reflections on the Introductory Professional Training Course Offered by the Brazilian Paralympic Committee.

Movimiento Paralímpico: análisis y reflexiones sobre el curso introductorio de formación profesional ofrecido por el Comité Paralímpico Brasileño.

RESUMO

O presente estudo, caracterizado como qualitativo, descritivo e exploratório, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física - Bacharelado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, teve como objetivo analisar e descrever o curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte, dentro de suas particularidades e potencialidades como formação continuada voltada à docentes e profissionais de Educação Física. Desta forma, realizou-se a descrição do curso a partir da experiência de um dos autores, com posterior análise e fundamentação teórica. As informações obtidas no curso foram analisadas a partir da análise de conteúdo, subdividindo o trabalho em três eixos temáticos-analíticos: a) Das possíveis concepções: objetivos do curso e processo sociocultural do paradesporto; b) Das possíveis conexões: as propostas do Comitê Paralímpico Brasileiro; das modalidades paradesportivas e da classificação esportiva; c) Ação: reflexões a partir do guia escolar paralímpico e suas implicações para prática. A partir das discussões e análises, tem-se, a partir das considerações pertinentes ao curso, observa-se influência positiva, mas não completa para formação docente, pois o curso é limitado somente aos tipos de deficiência elegíveis - ao paradesporto, e não atenta-se à inclusão ampliada, necessária para ambientes intra e extraescolar.

Palavras-chave: Educação Física inclusiva; Esporte Adaptado; Formação continuada.

ABSTRACT

The present study, characterized as qualitative, descriptive, and exploratory, is the result of an undergraduate thesis in Physical Education – Bachelor's degree, conducted at the Federal University of Mato Grosso do Sul. Its objective was to analyze the course *Paralympic Movement: Basic Fundamentals of Sport*, focusing on its particularities and potential as continuing education for teachers and professionals in the field of Physical Education. To this end, the course was described based on the experience of one of the authors, followed by a theoretical analysis. The information obtained from the course was examined through content analysis, structuring the study into three thematic-analytical axes: a) Possible conceptions: course objectives and the sociocultural process of parasport; b) Possible connections: the proposals of the Brazilian Paralympic Committee, the parasport modalities, and sport classification; c) Action: reflections based on the Paralympic school guide and its implications for pedagogical practice. From the discussions and analyses, the course is found to have a positive influence, but incomplete on teachers education, as it is limited to the types of disabilities eligible for parasport and does not address broader inclusion, which is essential for both intra- and extracurricular educational environments.

Keywords: Inclusive physical education; Adapted Sport; Continuing training.

RESUMEN

El presente estudio, de carácter cualitativo, descriptivo y exploratorio, es resultado de un Trabajo de Conclusión de Curso en Educación Física - Licenciatura, realizado en la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tuvo como objetivo analizar el curso "Movimiento Paralímpico: Fundamentos Básicos del Deporte", considerando sus particularidades y potencialidades como formación continua dirigida a docentes y profesionales del área de la Educación Física. Para esto, se procedió a la descripción del curso a partir de la experiencia de uno de los autores, seguida de un análisis respaldado por fundamentación teórica. La información obtenida fue examinada mediante análisis de contenido, organizando el trabajo en tres ejes temático-analíticos: a) Posibles concepciones: objetivos del curso y el proceso sociocultural del deporte paralímpico; b) Posibles conexiones: las propuestas del Comité Paralímpico Brasileño, las modalidades del deporte paralímpico y la clasificación deportiva; c) Acción: reflexiones a partir de la guía escolar paralímpica y sus implicaciones para la práctica docente. A partir de las discusiones y análisis realizados, se observa una influencia positiva del curso en la formación docente, aunque limitada, ya que aborda únicamente los tipos de discapacidad considerados elegibles para el deporte paralímpico, sin contemplar una inclusión ampliada, necesaria en contextos educativos tanto intraescolares como extraescolares.

Palabras Clave: Educación física inclusiva; Deporte Adaptado; Formación continua.

INTRODUÇÃO

Muitos autores apresentam a trajetória do movimento paralímpico (Brandolin; Barreto, 2021; Farias; Maia; Oliveira, 2019) e a literatura estabeleceu como um marco inicial os trabalhos de Ludwig Guttman, no período pós-guerra (Araújo, 2011; Winnick, 1992). A partir de 1944, passou-se a sistematizar e ampliar a prática de esportes por pessoas com deficiência até alcançar o que hoje conhecemos pelas Paralimpíadas. A partir das leituras e análises, compreendemos o movimento paralímpico como um conjunto de ações e instituições, coordenadas pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC), que objetivam a promoção e difusão dos esportes paralímpicos ao redor do mundo.

Ainda que nosso foco seja os esportes paralímpicos, compreendemos que estes configuram-se a manifestação específica de esportes que se organizam dentro do movimento paralímpico, mas o esporte ainda abarca as Olimpíadas Especiais, voltadas ao público com deficiência intelectual e as Surdolimpíadas, movimentos que não serão abordados no presente artigo.

Um dos pontos essenciais dentro da Educação Física voltada à pessoa com deficiência, perpassa a formação profissional para atuação com esse público, tanto na formação de licenciados quanto de bacharéis (Salerno, 2014; Facundo, 2019; Gonçalves, 2020; Silva, 2024). No que se refere à dimensão continuada, é discutida por diferentes autores (Chimentão, 2009; Pinto; Barreiro; Silveira, 2010). Esta, por sua vez, é compreendida como:

iniciativas de formação realizadas no período que acompanha o tempo profissional dos sujeitos. Apresenta formato e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais (Cunha, 2003, p. 354).

Dentre as possibilidades de formação continuada, estão os cursos oferecidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para a formação específica dentro das modalidades paralímpicas. Criado no ano de 1995, o Comitê Paralímpico Brasileiro tem como objetivo a condução do movimento paralímpico brasileiro e gestão das federações dos esportes paralímpicos, e desde fevereiro de 2019, oferece cursos à distância para a formação complementar de profissionais/professores de Educação Física.

Um destes cursos é o curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte, o qual objetiva *capacitar professores de Educação Física para discutirem e ensinarem esportes para pessoas com deficiência*¹. Desta forma, devido à abrangência nacional, por se configurar um curso 100% a distância, é necessário analisar o que está sendo oferecido aos profissionais de Educação Física a partir da sistematização do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Diante disto, este manuscrito fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física - Bacharelado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, objetivou analisar o curso introdutório geral, Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte, o qual configura-se obrigatório a qualquer

¹ Conforme redação do sítio oficial. Para mais informações acessar link: <https://cpb.org.br/educacao-paralimpica/curso-ead-movimento-paralimpico/>.

pessoa que queira fazer os demais cursos oferecidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

Especificamente, objetivou: a) descrever e contextualizar os módulos, bem como, as propostas do curso o qual se configura objeto de estudo deste trabalho; b) analisar tais propostas e suas contribuições para atuação em Educação Física com o público com deficiência; c) e as insurgências do movimento paralímpico para inclusão da pessoa com deficiência em diferentes ambientes que permeiam a Educação Física.

Tais proposições, podem influenciar na concepção de profissionais sobre a Educação Física inclusiva/adaptada, bem como, na formação continuada para atuação com o público das pessoas com deficiência, no que se refere ao campo esportivo.

MÉTODO

O presente estudo é caracterizado como qualitativo, descritivo e exploratório (Godoy, 1995; Gil, 2002; Minayo, 2010). Desta forma, os dados aqui evidenciados e dialogados, configuram-se fruto da experiência associada à participação no curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte, realizado no ano de 2023, oferecido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

A partir do supracitado, realizou-se uma pesquisa descritiva do curso a partir de informações referentes ao movimento paralímpico, bem como, seus desdobramentos no esporte adaptado. Posteriormente, tais informações foram analisadas com base nas perspectivas de análise de conteúdo de Bardin (2010), propondo reflexões pertinentes e tematizadas a respeito do objeto de estudo.

O trabalho foi dividido em eixos temáticos-analíticos resultantes da compreensão e associação dos saberes desenvolvidos e construídos ao longo do curso à saber: a) Das possíveis concepções: objetivos do curso e processo sociocultural do paradesporto; b) Das possíveis conexões: as propostas do Comitê Paralímpico Brasileiro; das modalidades paradesportivas e da classificação esportiva; c) Ação: reflexões a partir do guia escolar paralímpico e suas implicações para prática.

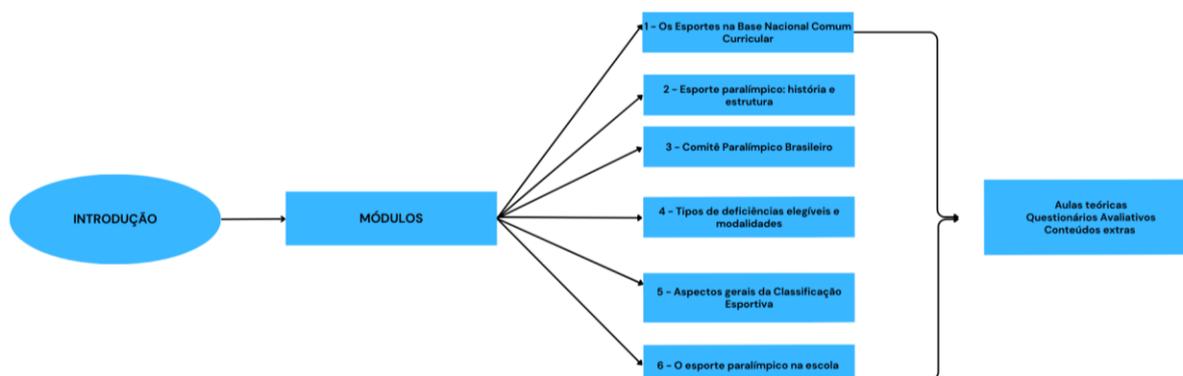
Conduzir reflexões acerca do movimento paralímpico e suas implicações para prática profissional, podem inferir em novas concepções de formação continuada e ação docente/profissional no que se refere ao esporte adaptado, tanto no ambiente escolar, quanto extraescolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciarmos as apresentações e as possíveis relações envolvendo o movimento paralímpico, o esporte adaptado e a formação de profissionais é válido caracterizar o curso realizado. Neste sentido, o curso Movimento Paralímpico:

Fundamentos Básicos do Esporte, é estruturado em uma introdução e em seis módulos com conteúdos diferentes, divididos em aulas teóricas descritivas, questionários avaliativos e conteúdos extras de acordo com a temática abordada em cada módulo (vídeos, textos, regulamentos) totalizando carga horária total de 46 horas, conforme exemplificado na imagem 1.

Imagem 1 - estrutura do curso.



No aspecto introdutório, o curso apresenta um vídeo de Mizael Conrado, ex-presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, eleito em 2017 e reeleito em 2021 até 2025, o qual aponta a estratégia da formação de atletas paralímpicos por meio da disseminação de conhecimento do Comitê Paralímpico Brasileiro para pessoas externas a ele. Ainda, aponta que o objetivo principal do curso é, por meio da formação de professores, ampliar a oportunidade de acesso esportivo às crianças com deficiência durante o período escolar, visto que este período é o principal momento de contato das pessoas com deficiência com a Educação Física e, conseqüentemente, com o Esporte (Borgmann; Gavião de Almeida, 2015; Liu; Kudláček; Ješina, 2010).

Desta forma, o que se observa é o interesse em formar e atingir um maior quantitativo de profissionais para atuação na área inclusiva e no paradesporto. Sendo assim, estabeleceu-se como meta, a partir dos discursos analisados no curso, o quantitativo que transcende 100 mil professores para realização deste. Tal meta justifica, então, a obrigatoriedade do cumprimento do curso introdutório antes de realizar demais cursos oferecidos pelo próprio Comitê Paralímpico Brasileiro, mesmo que os profissionais envolvidos já atuem no paradesporto.

É interessante observar que, no discurso apresentado, o ex-presidente não destaca as condições de deficiência às quais o curso se destina, já que se sabe que dentro do movimento paralímpico, as classes funcionais indicam quais as pessoas com deficiência são elegíveis para a competição oficial (IPC, 2015).

Apresentadas as principais características do aspecto introdutório, inicia-se de modo sequencial o curso propriamente dito. Sendo assim, para este

manuscrito, concentrado em três eixos temáticos-analíticos, cada eixo em debate abarcará um ou mais módulos, descrevendo os principais pontos e estabelecendo possíveis diálogos com a literatura acadêmica.

É válido ressaltar, que os dados aqui apresentados foram construídos a partir da experiência prática após realização do curso no ano de 2023, por um dos autores. Neste sentido, novas configurações do curso, bem como, novas obrigatoriamente e concepções advindas posteriormente desta data, não serão incluídas para debate. Neste sentido, iniciamos a partir de agora as discussões as quais consideramos pertinentes para este estudo.

Das possíveis concepções: objetivos do curso e processo sociocultural do paradesporto

Este primeiro eixo de discussão abarcará para descrição e debate os módulos 1 e 2 do curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte. Neste sentido, iremos perpassar discussões relacionadas à concepção do esporte, a Base Nacional Comum Curricular (2017; 2018), a história e a estrutura do paradesporto.

No que se refere ao módulo 1, o debate é instaurado no esporte associado à concepção da Base Nacional Comum Curricular² (BNCC), bem como as categorias esportivas elencadas pelo documento em questão. De acordo com a BNCC, o esporte caracteriza-se por:

ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele (Brasil, 2017, p. 215).

Desta forma, a partir das nossas concepções, compreendemos o esporte como um fenômeno sociocultural que abarca diferentes dimensões (Marques, 2015; Neves; Silva; Salerno, 2022) o que, talvez, possa estar associado às práticas esportivas. A partir dos contextos do curso e análise deste, podemos compreender a prática esportiva como aquela conhecida em diferentes meios sociais e que é difundida por diferentes meios de comunicação, como televisão, redes sociais e outras formas. Ainda, pode objetivar a comparação de desempenho

² A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que “impacta de forma direta as políticas direcionadas aos currículos escolares, à formação dos profissionais de educação, bem como os processos avaliativos nas escolas e sistemas de ensino” (Aguiar; Dourado, 2018, p. 7).

de grupos e/ou indivíduos, nos casos de esportes individuais ou coletivos. As regras estabelecidas devem ser cumpridas com rigor e conhecidas de antemão pelos seus participantes. Geralmente, tais regras são arbitradas pelas organizações específicas de cada modalidade.

Dentro dos propostos pelo curso, é observado que a BNCC (Brasil, 2017; 2018), compreende que, dentro da escola, tais regras formais podem ser revistas para abranger todos os discentes. Isso é apresentado pelo curso do Comitê Paralímpico Brasileiro, incentivando que profissionais possam rever as regras esportivas para alcançar diferentes discentes e objetivos, o que pode estar associado diretamente a adesão e aderência de crianças com deficiência ao esporte durante o período escolar. Ainda, a partir dos discursos estabelecidos no curso, podemos considerar que a BNCC (2017; 2018), considera as práticas derivadas dos esportes, pois acredita que estas abrem possibilidades de abordar o esporte em diferentes dimensões no contexto escolar, mesmo que o grupo de participantes não esteja cumprindo todas as regras estipuladas para o esporte, no sentido amplo da prática corporal.

Desta forma, a Base Nacional Comum Curricular, apresenta sete categorias esportivas estruturadas na unidade temática³ Esporte que privilegiam, de modo geral, um aspecto intrínseco a todas: o movimento. Neste sentido, as categorias esportivas orientadas pela BNCC, reúnem exigências motrizes que podem ser diferentes e similares entre elas (o que será de acordo com o eixo estruturante de cada uma, como exemplo, dentro dos esporte de marca, os atletas do atletismo, poderão usufruir e se apropriar de movimentos similares para atingir objetivos diferentes). O que se extrai, portanto, é que cada categoria possuirá referências próprias, seguidas em critérios de cooperação, interação com o adversário e os objetivos técnicos-táticos das ações a serem trabalhadas nos jogos.

O curso menciona ainda as oito dimensões do conhecimento envolvendo as práticas corporais da Educação Física. Tais práticas corporais⁴, a partir do contexto do curso, devem ser reconstruídas ou adaptadas com base em sua função social e materiais disponíveis em seu contexto, o que podemos também considerar para prática profissional fora do ambiente escolar, tendo em vista, as particularidades e potencialidades do contexto, como discutido por diferentes autores (Solera *et al.*, 2021; Orrú, 2017).

Posteriormente, também baseados na BNCC, são apresentados os compromissos da Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica: formação estética, sensível e ética; qualificação para a leitura, produção e

³ A Base Nacional Comum Curricular aborda as unidades temáticas, associadas aos conteúdos da Educação Física ao longo da Educação Básica. Neste sentido, apresenta seis unidades temáticas como campo de trabalho docente: brincadeiras e jogos; ginásticas; lutas; esportes; práticas corporais de aventura e danças (Brasil, 2017; 2018).

⁴ Entenderemos para este manuscrito práticas corporais oriundas da Base Nacional Comum Curricular tais como as Brincadeiras e Jogos; as Danças; os Esportes; as Lutas; as Ginásticas e as Práticas Corporais de Aventura (Brasil, 2017; 2018; Neves, 2023).

vivência das práticas corporais; colaboração com o letramento e alfabetização dos alunos (Brasil, 2017; 2018). Ainda, postulam os objetivos específicos da Educação Física. Dentre eles, estão a experimentação e fruição das diversas modalidades apresentadas dentro do ambiente escolar, que buscam estimular a criatividade e coletividade dos discentes. Além de apresentar a diferença de conceitos entre jogo e esporte, identificando as características que os constituem, os objetivos específicos buscam, de acordo com o avanço da escolaridade, incentivar os alunos a realizar outros papéis dentro das práticas corporais, como ter um olhar técnico/tático e de arbitragem para tais práticas. Entretanto, não foram observadas propostas de debates sobre os aspectos que permeiam uma visão crítica da Educação Física, como os elementos trazidos por Neira (2018), que ampliam as discussões dentro das aulas, e não apenas a prática pela prática.

A possível reflexão oriunda deste módulo, em consonância com os aspectos delineados até aqui, está associada a possível contribuição para um olhar pedagógico de bacharéis em Educação Física, pois, ainda que não atuem no ambiente educacional, atendem crianças e adolescentes em idade escolar e podem oferecer apoio aos professores de Educação Física, licenciados, para ministrar palestras e oficinas para a divulgação do paradesporto, o que pode contribuir para reflexão teórico-prática-pedagógica dos professores em ambientes escolares e extraescolares. O trabalho colaborativo elencado por nós, pode contribuir para uma Educação Física plural, com acesso multidimensional, oportunizando vivências e experiências nos mais diversos campos de suas práticas corporais, em especial, o esporte e o esporte adaptado.

Continuado com as descrições, o módulo 2 apresenta, em detalhes, a história do paradesporto. O curso indica como início o ano de 1944, com as ações de Ludwig Guttman, apresentando as modalidades inicialmente praticadas e as primeiras organizações dos Jogos Paralímpicos (Araújo, 2011), desconsiderando momentos anteriores. Também elenca as instituições que promoveram o paradesporto internacional, e cita as organizações posteriores que colaboraram para a organização do paradesporto nacionalmente, nomeando-as.

Conforme o histórico apresentado neste módulo, o médico neurologista Ludwig Guttman criou um centro de atendimento a pacientes com lesões medulares em 1944. Seu objetivo era receber, tratar e reabilitar soldados e civis que retornavam da II Guerra Mundial, os quais adquiriram alguma condição de deficiência durante o período de combate. Neste sentido, foram introduzidas atividades esportivas como parte essencial do tratamento, após o gesto esportivo ser notado como terapêutico, de integração social e melhora do estado fisiológico dos pacientes. Neste sentido, conforme postulado por Araújo (2011), este pode ser considerado o início da prática esportiva pelas pessoas com deficiência. Outros autores, como exemplo, Hilgemberg (2019), também ponderam usualmente o mesmo período.

A partir das prerrogativas do curso, as atividades esportivas praticadas inicialmente eram dardo, bilhar, *punch ball*, *skittles* e tiro com arco, sendo estas modalidades escolhidas por serem facilmente adequadas para pessoas que usam cadeiras de rodas. O primeiro esporte coletivo praticado neste contexto foi o polo em cadeira de rodas, e em seguida o *Netball*. Este conteúdo corrobora com Silva (2018), que também identificou estas mesmas atividades.

No aspecto cronológico, em 1948, foram organizados os Jogos de Stoke Mandeville, que passaram a ser realizados anualmente. E, ao longo dos anos, o número de modalidades e participantes aumentaram, até se tornarem um evento nacional. Em 1952, com a entrada de atletas holandeses, tornaram-se um evento internacional. Em 1960, os jogos foram realizados logo após os Jogos Olímpicos, passando a ser realizados a cada 4 anos, e preferencialmente no mesmo local dos Jogos Olímpicos. A edição de 1960 foi reconhecida como a primeira edição dos Jogos Paralímpicos de Verão. Os Jogos de Stoke Mandeville na literatura acadêmica é visto como marco inicial dos Jogos Paralímpicos (Silver, 2012), demonstrando assim, a construção e o fortalecimento do esporte paralímpico.

Prosseguindo no aspecto cronológico, dentro dos pressupostos do curso, em 1945, os estadunidenses veteranos da II Guerra Mundial iniciaram a prática de basquetebol em cadeira de rodas. No ano seguinte, foi criado o primeiro time dessa modalidade, com intuito de atrair o público em geral, de conscientizar as pessoas com deficiência de suas potencialidades e de estimulá-las. O primeiro torneio nacional foi realizado em 1949, ano de fundação da Associação de Basquetebol em Cadeira de Rodas (WBA), através de incentivo do Programa de Reabilitação Esportiva, criado pelo governo americano entre 1946 e 1948, e liderado por Benjamin Lipton e Timothy Nugent.

No que se refere ao campo nacional brasileiro, o esporte adaptado teve como precursores Robson Sampaio que adquiriu condição de paraplegia após um acidente no qual sua espinha dorsal e pernas foram atingidas por um grande rolo (Brasil, 2023) e Sérgio Del Grande que sofreu um acidente em uma partida de futebol e também adquiriu paraplegia (Conde, 2018). Ambos realizaram suas reabilitações terapêuticas nos Estados Unidos, por intermédio do esporte adaptado, e, em 1958, fundaram instituições pioneiras para prática do basquetebol em cadeira de rodas, sendo elas o Clube do Otimismo (RJ) fundado por Robson e o Clube dos Paraplégicos (SP) fundado por Sérgio. No ano seguinte, houve o primeiro jogo desta modalidade entre paulistas e cariocas. Em 1965, foi fundado o Clube do Paraplégico do Rio de Janeiro (CPRJ), e em 1969, a Sociedade Amigos do Deficiente Físico (SADEF), ambos no Rio de Janeiro. Em 1969, os dois precursores do esporte paralímpico no Brasil participaram dos Jogos Pan-Americanos em Cadeira de Rodas. Foi a primeira participação do Brasil numa competição internacional, tornando-se um marco histórico para o esporte paralímpico nacional.

Por seguinte, o curso exibiu um vídeo com audiodescrição apresentando as modalidades que foram realizadas nos Jogos Paralímpicos de Verão 2016, no Rio de Janeiro. Isso demonstra que o curso se preocupa em contextualizar o surgimento do paradesporto, momento que já pode ter sido abordado na formação inicial, principalmente de pessoas que se formaram a partir dos anos 1990, já que a temática voltada às pessoas com deficiência foi inserida nos cursos de formação em Educação Física a partir da Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação. Entretanto, sabe-se que isso não é uma garantia de conhecimento e se torna relevante ser lembrado em estudos introdutórios (Salerno; Araújo, 2008).

Seguindo com os pressupostos do curso, este apresenta a Estrutura e Organização do Esporte Paralímpico. Neste sentido, inicia apresentando a Fundação do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), que surgiu em 1989, que se configura o órgão gestor do Movimento Paralímpico global. É formado por: comitês paralímpicos nacionais; organizações internacionais de desporto para pessoas com deficiência; organizações paralímpicas regionais/continentais; e federações esportivas internacionais. Também são apresentados os principais objetivos da existência do IPC, sua Visão, Missão e Valores. Posteriormente, o curso introduz o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o qual foi fundado em 1995, com iniciativa das associações Associação Nacional de Desporto para Excepcionais (ANDE), Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) e Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). A primeira sede do CPB foi localizada em Niterói. No ano de 2002, foi transferida para Brasília, e, em 2016, para São Paulo.

Conforme os conteúdos disponibilizados no curso, percebe-se o Comitê Paralímpico Brasileiro como órgão máximo do esporte paralímpico nacional. Ele representa o país nos Jogos Paralímpicos, Parapan-americanos e mundiais de modalidades administradas por ele. Além disso, o Comitê Paralímpico Brasileiro, segundo o curso: a) promove inclusão, socialização e reabilitação por meio do esporte; b) produção de conhecimento que fundamenta o treinamento de atletas; c) capacitação de profissionais através do programa Educação Paralímpica; d) promoção e desenvolvimento do esporte educacional paralímpico; e) contribuição para melhoria da gestão de clubes; f) prospecção de talentos esportivos; e g) orientação do desenvolvimento e da transição de carreira dos para-atletas.

O que se compreende a partir disto, é que o Comitê Paralímpico Brasileiro configura-se uma entidade matriz do esporte paralímpico brasileiro, tendo outras funções institucionais associadas a ele, como observado por Pasini, Gutierrez e Duarte (2020). Miranda (2011) também apresenta o Comitê Paralímpico Brasileiro como órgão supremo do esporte paralímpico brasileiro. Sua fundação ocorreu em 1994 após solicitação oficial da criação de Comitês Paralímpicos do Comitê Paralímpico Internacional.

Dando continuidade com os conteúdos do curso, são apresentadas de modo sucinto as modalidades diretamente administradas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, as quais são: para-atletismo, para-halterofilismo, para-natação e tiro para-esportivo. Apesar da evidente lacuna sobre o motivo do CPB administrar diretamente tais modalidades, talvez, a possível justificativa esteja relacionada ao financiamento público das Loterias Caixa nos respectivos circuitos dessas cinco modalidades. Já as outras modalidades, não supracitadas, são administradas pelas confederações e associações nacionais que foram criadas possivelmente com objetivo de organizar as modalidades paralímpicas de forma categorizada e com facilitação organizacional, num critério de descentralização e autonomia. Em seguida, são apresentadas as modalidades dos Jogos Paralímpicos, as quais estão organizadas no quadro 1, subdivididas em Modalidades de Verão e Inverno.

Ainda, articulam pressupostos a respeito sobre a utilização do prefixo “para” que vem antes dos nomes das modalidades, que foi adotado em 2017, e segundo Nascimento, Pereira e Oliveira (2017) “o termo Paralímpico está relacionado ao sentido de paraplégico, o termo vem do inglês paralympic, que surgiu a partir do cruzamento de para (plegic) + (o)lympics”.

Quadro 1: Modalidades paralímpicas apresentadas:

Modalidades de Verão	
Bocha	Basquetebol em CR
Esgrima em CR	Futebol de 5
Goalball	Para-atletismo
Para-badminton	Para-canoagem
Para-ciclismo	Para-halterofilismo
Para-hipismo	Para-judô
Para-remo	Para-natação
Para-taekwondo	Para-tênis de mesa
Para-tiro com arco	Para-triatlo
Rugby em CR	Tênis em CR
Tiro para-esportivo	Voleibol sentado
Modalidades de Inverno	
Para-esqui alpino	Para-esqui cross-country

Para-biatlo	Curling em CR
Para-hóquei no gelo	Para-snowboard

De acordo com Araújo (2011), a bibliografia do paradesporto existente aponta que os atletas surdos estão entre as primeiras pessoas em condição de deficiência que se apresentaram na cena esportiva. Araújo (2011) cita apuração realizada por Winnick (1990) afirmando que, por volta de 1870, as escolas do Estado de Ohio, nos Estados Unidos, ofereceram beisebol para surdos e o Estado de Illinois introduziu o futebol em 1885, informações estas que não foram trazidas ao público do curso, pois este trata apenas sobre o Movimento Paralímpico. Em 1907, houve o primeiro registro de competição formal para pessoas cegas.

O desporto adaptado, que é praticado até os dias atuais, surgiu justamente para a reabilitação dos soldados que voltavam da II Guerra Mundial com consequências, em congruência com o que foi apresentado pelo curso do Comitê Paralímpico Brasileiro. Por diversas vezes, movimentos esportivos para pessoas com deficiência foram descontinuados ao longo do início do século XIX até o ano de 1944, quando Sir Ludwig Guttman foi convidado pelo governo britânico para fundar o Centro de Reabilitação para tratamento dos soldados lesionados medulares no hospital de Stoke Mandeville, e dedicou-se a essa atividade de 1944 a 1980.

Araújo (2011) ressalta relatos de Winnick (1990), informando que, em 1946, uma equipe de basquetebol em cadeira de rodas formada por ex-combatentes realizou uma excursão pelos Estados Unidos, difundindo o esporte e despertando o interesse de outros ex-combatentes. Com as regras adaptadas, o basquetebol em CR deu um grande salto de participantes. Ainda, conforme Araújo (2011), este refere-se aos primeiros jogos de Stoke Mandeville sob direção do Dr. Guttman, realizados em 1948, como um marco inicial do movimento paralímpico, o qual teve participação de 16 atletas ingleses, nas modalidades de tiro ao alvo, arremesso de dardo, arco e flecha, o que corrobora com o conteúdo do curso oferecido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

Em continuidade com a linha temporal, Araújo (2011) cita Bedbrook (1987), que aponta, em 1949, a participação de oito ou dez equipes, surge a *National WBA*. E, neste mesmo ano, os jogos de Stoke Mandeville teriam caráter internacional e seriam equivalentes aos Jogos Olímpicos. No que diz respeito ao esporte de alto rendimento, toda a história do esporte adaptado escrita por Araújo (2011) foi relatada no curso Movimento Paralímpico. Porém, quando se trata de modalidades e deficiências que não se enquadram nos Jogos Paralímpicos, sequer são citadas pelo curso. Como especificado por Araújo (2011), os surdos não acreditam pertencer ao movimento paralímpico, e sim a outro específico, por entenderem que suas especificidades são de outra natureza, que extrapolam as questões de adaptação e que recaem sobre as questões de entendimento e

comunicação, o que pode gerar certas exclusões nos campos práticos da Educação Física e do Esporte.

Conforme Araújo (2011), o Brasil mantém uma política que acompanha a tendência internacional para o desporto adaptado. Quanto ao paradesporto, o curso do CPB trouxe informações condizentes com o material apresentado na retomada histórica de Araújo, segundo a qual o paradesporto se iniciou no Brasil com a ida de Robson Sampaio e Sérgio Del Grande para os Estados Unidos em busca de reabilitação. Nesta ocasião tiveram contato com o basquetebol em cadeira de rodas em momentos de reabilitação, o que já foi descrito neste trabalho.

Os pontos evidenciados até o momento, elencados como as concepções, trouxeram à tona as perspectivas associadas ao objetivo do curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte, bem como, o contexto sócio-histórico do paradesporto. Neste sentido, o curso busca familiarizar o profissional com a origem e desenvolvimento do esporte paralímpico e apresenta uma de suas principais formas de captação de atletas, evidenciando a importância da introdução do paradesporto em ambiente escolar. Em sequência, será abordado o eixo de discussão que debate os temas acerca dos módulos 3, 4 e 5 do curso.

Das possíveis conexões: as propostas do Comitê Paralímpico Brasileiro; das modalidades paradesportivas e da classificação esportiva

Este eixo de discussão, abordará três módulos sequenciais envolvidos no curso: 3, 4 e 5, cada um com sua particularidade. Neste sentido, com intuito de abrir as discussões pertinentes ao módulo 3, tem-se a apresentação das ações que são realizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, para a divulgação do esporte paralímpico em âmbito nacional. Em consonância com os propostos no curso, foram observados ações e eventos oriundos do Comitê Paralímpico Brasileiro, subdivididos para crianças, adolescentes e adultos: o Festival Paralímpico, que acontece anualmente, voltado para crianças e adolescentes, e "busca promover atividades esportivas adaptadas para crianças e jovens com e sem deficiência dos 10 aos 17 anos em todo o Brasil" (Barreto, 2020, p.1); a Escola Paralímpica de Esportes, com objetivo de promover a prática esportiva para crianças e jovens com deficiência de 10 a 17 anos e podem participar apenas residentes em São Paulo e cidades vizinhas; o Programa de Iniciação Esportiva Paralimpíadas Escolares, que ocorre anualmente, e é destinado a jovens de 12 a 17 anos, de todos os estados e Distrito Federal, sendo disputadas 12 modalidades, e tem como objetivo "a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência de todas as regiões do Brasil no esporte paralímpico. Um dos objetivos apontados pelo CPB para a organização desse evento escolar anual é a possibilidade da detecção de jovens talentos que possam se tornar atletas paralímpicos no futuro." (Oliveira Junior, 2024, p. 11); o Camping Escolar Paralímpico, organizado duas vezes ao ano e seu principal objetivo é proporcionar aos atletas que se destacaram nas Paralimpíadas Escolares uma vivência de rotina de alto rendimento.

No que se refere ao público adulto, o Comitê Paralímpico Brasileiro organiza as Paralimpíadas Universitárias, evento realizado anualmente em que participam pessoas matriculadas em instituições de ensino superior. Também é citado o Circuito Brasil Loterias Caixa, considerado o evento Paralímpico nacional mais importante de para-atletismo, para-natação e para-halterofilismo. Para não atletas, há o programa Educação Paralímpica, com objetivo de planejar e desenvolver os cursos para formação e qualificação de técnicos, classificadores, árbitros e outros profissionais do esporte paralímpico. O programa Esportes Paralímpicos nos Centros de Reabilitação, o qual tem como objetivo apresentar as modalidades do paradesporto aos pacientes atendidos neles, e facilitar a transição da reabilitação para o esporte de alto rendimento, sem restrição de idade ou deficiência. Também cita o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, que é composto por parcerias do CPB com entidades sem fins lucrativos, que cedem espaço adequado à prática de modalidades paralímpicas, objetiva atender atletas com deficiência da iniciação ao alto rendimento, fomentando e fortalecendo a base de para-atletas no Brasil.

Pasini (2020) redigiu sobre a profissionalização do esporte paralímpico brasileiro, estudando sua estrutura, ambiente e estratégias utilizadas para seu crescimento e cita que o desenvolvimento da profissionalização do órgão é subdividido em dois momentos, sendo o primeiro marcado pela regulamentação da lei Agnelo/Piva, a qual possibilitou estabilidade financeira ao CPB, e o segundo é marcado pela efetivação do Circuito Brasil Paralímpico, que garante um calendário fixo de competições. Outros incentivos que permitiram maior captação de recursos e profissionalização, foram a Lei de Incentivo ao Esporte e a concepção do programa Bolsa Atleta, ditando assim a estrutura econômica do esporte paralímpico nacional, além de receitas provindas da mídia televisiva e de patrocínios de grandes empresas nacionais (Reis; Mezzadri; Moraes, 2017).

Grande parte do aumento de talentos nas modalidades natação e atletismo surgiu do Circuito Brasil Paralímpico, viabilizado pelo patrocínio das Loterias Caixa. No ano de 2010, iniciou-se a grande mudança interna do CPB, sendo instituído um Planejamento Estratégico (Chagas, 2011), o qual mudaria toda a estrutura para os esportes paralímpicos, com a criação de novas estruturas físicas como centros de treinamento para modalidades específicas, e também posteriormente do Centro de Treinamento Paralímpico Nacional (Pasini, 2020).

No módulo 4, o curso descreve, em forma de tópicos, as modalidades que se enquadram no paradesporto de acordo com o tipo da deficiência. Também representam as classes funcionais e as condições de deficiência elegíveis, relacionadas às modalidades paralímpicas. A partir disso, o conteúdo aborda o conceito de para-atleta, que é todo atleta com deficiência que pratica as modalidades paralímpicas reconhecidas pelo IPC. Neste momento, destacam-se as condições de deficiência intelectual, físico-motora, visual e má-formação

congenita ou acidentes vasculares que possam deixar consequências que tornem a pessoa elegível. Nota-se, então, que ainda que o curso fale sobre inclusão, e a abordagem se volte para as condições de deficiência que poderão representar o país em competições oficiais, percebe-se que indicam apenas pessoas elegíveis. Entretanto, ignora-se pessoas com deficiência não elegíveis, por não atenderem os pré-requisitos necessários para competir profissionalmente como para-atletas.

Deve-se levar em consideração o quão amplo pode se tornar o esporte adaptado, para que dessa forma o mesmo não seja limitado apenas a deficiências elegíveis, e trazer maior diversidade de modalidades e praticantes ao mercado do desporto adaptado, para que seja abordado de forma inclusiva àqueles que desejam praticá-los, e apesar que hajam diferenças nos tipos de deficiência, a grande missão do esporte adaptado é a inclusão das pessoas com deficiência em atividades esportivas.

O módulo 5 trata sobre o histórico da mudança dos critérios de classificação esportiva, e apresenta a evolução dos jogos desde 1988, com destaque ao ano de 2007, a partir de quando cada modalidade teria seus próprios critérios de acordo com as políticas e diretrizes do Código Internacional de Classificação, e propõe que os sistemas de classificação devam ser baseados em evidências científicas. Aborda também sobre a parte Estrutural da Classificação Esportiva Paralímpica (CEP), que consiste em uma categorização recebida pelos atletas de acordo com suas capacidades de realizar movimentos. Os principais fatores que determinam uma classe não é apenas o diagnóstico clínico, mas o quanto a limitação de uma pessoa afeta seu desempenho esportivo.

O curso explica que os profissionais que classificam um atleta são aqueles que têm a formação específica requisitada e autorização pelas federações. Atletas com deficiência física podem ser classificados por médicos, fisioterapeutas ou profissionais de Educação Física com experiência. Atletas com deficiência visual são classificados por oftalmologistas e optometristas com experiência em baixa visão. Atletas com deficiência intelectual são classificados por psicólogos.

As etapas da CEP consistem nas seguintes avaliações: clínicas, técnicas e de observação em competição. A classe esportiva, é a categorização que designa as modalidades permitidas ao atleta com base na deficiência, varia segundo a modalidade e especificidades motoras. O status de classe é determinado por painel de classificação, em sequência à atribuição da classe esportiva determina a situação do atleta durante e pós-competição. Em seguida, enfatiza as classes esportivas, representando a modalidade através da sigla nomeada a cada uma. Para que haja padronização nesse processo de CEP, o Comitê Paralímpico Internacional publicou o Código Internacional de Classificação (CIC) que veio com objetivo assegurar a credibilidade e o futuro do Movimento Paralímpico, visto que apresenta flexibilidade sobre mudanças futuras no código visando a melhora do paradesporto em âmbitos competitivos. Apesar do risco de haver falhas nos

critérios de classificação, a forma como o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) aborda o CIC visa encontrar as soluções necessárias para que no futuro haja competições justas e imparciais.

Tendo essas informações em consideração, o curso introduz ao profissional da formação continuada sua infraestrutura, seus programas e ações de incentivo à prática do esporte paralímpico através do módulo 3, familiariza-os com as modalidades paralímpicas, apresentando o conceito e tipos de deficiência, os critérios de classificação utilizados pelo Comitê Paralímpico Internacional, e as modalidades paralímpicas no módulo 4, e apresenta a classificação esportiva de cada modalidade, e o histórico das mudanças nos critérios de classificação desde os Jogos Paralímpicos de Seul (1988) até o momento em que o curso foi submetido no módulo 5. Em seguida, será apresentado o terceiro eixo de discussão, que aborda o módulo 6 do curso, introduzindo o Guia Escolar Paralímpico.

Ação: reflexões a partir do guia escolar paralímpico e suas implicações para prática

O módulo 6 introduz o Guia Escolar Paralímpico e suas atividades, através de exemplos práticos de como trabalhar com alunos com deficiência através de orientações. Muitos dos esportes dos Jogos Paralímpicos são adaptados de sua versão original, enquanto outros são desenvolvidos para pessoas com deficiência. Esporte Adaptado é aquele que foi modificado para se ajustar a uma situação, um objetivo, um público, e, conforme a frase utilizada pelo curso, configura-se “o esporte desenvolvido por você, professor, em suas aulas de Educação Física”. Todas variáveis de uma atividade - regras, espaços e implementos - podem ser adaptadas a fim de atingir os objetivos pretendidos, segundo o curso analisado e na perspectiva de Grubano (2014, p. 3) “o esporte adaptado pode ser definido como o esporte modificado ou especialmente criado para ir ao encontro das necessidades únicas de pessoas com deficiência”.

No campo de atuação profissional do bacharelado, pode-se contar com o uso do Guia através da ressignificação prática das atividades, que são de mediação educativa no contexto escolar costumeiramente, e reconceituá-las no contexto da inclusão esportiva em clubes, e através da transposição dos princípios do Guia promover uma abordagem inclusiva que integra a pessoa com deficiência como sujeito ativo esportivamente.

O Guia Escolar Paralímpico, desenvolvido após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016, apresenta 18 atividades desenvolvidas pelo CPB e exemplificam o que professores podem aplicar em suas aulas, práticas e teóricas, a fim de ensinar e induzir experiências aos Esportes Paralímpicos, e apresentar aos alunos modalidades diferentes do esporte tradicional. Salerno e Araújo (2008) ressaltam a importância do esporte como fenômeno sócio-cultural, enquanto aponta o tradicionalismo em relação à disciplina de Educação Física no

ambiente escolar. Os autores sugerem maior diversidade nos esportes praticados, e entre eles está o esporte adaptado. E também argumentam que "Trabalhar esse tema (esporte adaptado) no ensino regular não significa mostrar que pessoas debilitadas também podem praticar esporte comum no sentido de "auto ajuda" e sim, para o conhecimento de uma expressão cultural das pessoas com deficiência (Salerno e Araújo, 2008, p. 216)".

Ao final deste módulo, há diversos vídeos ensinando professores como aplicar aulas de Goalball, Futebol de 5, Voleibol sentado, Para-atletismo, Para-judô, Para-natação e Para-tênis de mesa aos seus alunos. Em seguida, são exemplificadas orientações para o profissional, a partir do princípio de que cada aluno tem potencial individual de desenvolvimento. Deve-se pensar que a deficiência é uma característica pessoal, observar o comportamento motor, para assim promover situações visando a participação do indivíduo com deficiência. Pode-se notar que houve cuidado ao orientar os profissionais para que a abordagem do professor seja feita de forma individual e personalizada de acordo com as características da pessoa com deficiência, e, através da observação, identificar os níveis de desenvolvimento motor e outras características, para assim inseri-lo nas atividades. São apresentados exemplos que podem acontecer na prática, em diversas situações, alterando tipo de deficiência, idade, participação na aula, etc. Após a apresentação dos exemplos, finaliza com sugestões de como lidar com alunos em diversas exemplificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciação no desporto adaptado, o curso Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte oferece um conteúdo introdutório. O profissional se informará sobre o conhecimento básico sobre o paradesporto, mas poderá haver falta de preparo devido à inexperiência prática, isso se dá pela falta de informação sobre pessoas com tipos de deficiência não-elegíveis, tanto na prática de atividades paralímpicas, quanto apenas em atividades adaptadas. A abordagem escolar em um curso voltado para esportes traz reflexões acerca de quais objetivos são pensados internamente no CPB e que podem influenciar as aulas de educação física escolar que podem passar a se distanciar do ensino exclusivo dos esportes e ampliar para outras práticas corporais.

Dessa forma, o curso é limitado somente aos tipos de deficiência elegíveis, e não atenta-se à inclusão ampliada, que é o principal fator da existência do esporte adaptado, adaptar esportes para que todos os tipos de pessoas possam praticá-los, e trazer novas atividades inclusivas a todo o público sem fins competitivos. O CPB, como organização, tem como objetivo principal a melhora do panorama do esporte paralímpico de alto rendimento brasileiro, porém se contradiz quando aborda a inclusão e qualidade de vida como propostas principais, pois estas características são alheias ao esporte de alto rendimento.

Grande parte das atividades realizadas e proporcionadas pelo CPB à população são praticadas em âmbito escolar, justamente pois seu público-alvo são os estudantes. Dessa forma, projetos de contraturno têm o objetivo de trazer os jovens com deficiência à prática de esportes quando não estão em aulas. Quanto à Educação Física escolar, esta não indica intervenção ao que se é praticado em aula, apenas incentivos, para que haja inclusão aos alunos com deficiência.

FINANCIAMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da XXXX - Código de Financiamento 00X.

This study was financed in part by the XXXX– Finance Code 00X.

AGRADECIMENTOS

NOTAS

Preencher dados no checklist da submissão disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/libraryFiles/downloadPublic/365>.

DECLARAÇÃO DE IA E TECNOLOGIAS ASSISTIDAS POR IA NO PROCESSO DE ESCRITA

Durante a preparação deste trabalho, o(s) autor(es) utilizou(aram) [nome da ferramenta/modelo ou serviço] versão [número e/ou data] para [justificar o motivo]. Após o uso desta ferramenta/modelo/serviço, o(s) autor(es) revisou(aram) e editou(aram) o conteúdo em conformidade com o método científico e assume(m) total responsabilidade pelo conteúdo da publicação”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Ferreira. Desporto adaptado no Brasil. São Paulo: Phorte; 2011. v. 1.

AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: Anpae, p. 28-33, 2018

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, Guido Yano Rodrigues Oliveira et al. Festival Paralímpico: Percepções de Acadêmicos de Educação Física voluntários. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 3, p. 38-46, 2020.

BRANDOLIN, Fábio; BARRETO, Michelle Aline. Movimento Paralímpico: Um breve panorama. Em: SERON, B. B.; BRANDOLIN, F. (Eds.). Experiências no esporte paralímpico: Um passo a favor da inclusão. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 4150, Brasília, DF; 2023.

BORGMANN, Tiago; DE ALMEIDA, José Júlio Gavião. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. *Movimento*, v. 21, n. 1, p. 53-68, 2015.

CONDE, Antonio João Menescal. Memória Paralímpica - Volume 1. São Paulo: Academia Paralímpica Brasileira; Comitê Paralímpico Brasileiro; 2018.

CHAGAS, Erinaldo Batista. Revisão do Planejamento Estratégico do Comitê Paralímpico Brasileiro. **TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO**, p. 311.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. O significado da formação continuada docente. Londrina: UEL, 2009.

CUNHA, Luci Ana Santos da. Formação inicial do professor da educação básica: contribuições da teoria sobre o professor reflexivo no estágio supervisionado. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

FACUNDO, Josiane Junia; VITALIANO, Célia Regina. Libras na formação inicial de pedagogos: percepções dos estudantes. *Interfaces Científicas – Educação, Aracaju-SEBRASIL*, v. 7, n. 3, 2019, p.101-112.

FARIAS, Álvaro Luís Pessoa de; MAIA, Divanalmi Ferreira; OLIVEIRA, Marcos Antonio Torquato de. Lúdico e a afetividade no processo Ensino Aprendizagem. *Cenas Educacionais, [S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 25–41, 2019.

GIL, Antônio Carlos. (2002). **Como classificar as pesquisas**. In A.C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa (pp. 44-45). São Paulo: Atlas.

GODOY, Arilda Schmidt. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(4), 65-71.

GONÇALVES, Vivianne Oliveira; LEITE, Sabrina Toffoli; DUARTE, Edison. A Educação Física adaptada no currículo de formação em educação física. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO., v. 16, n. 3, p. 01–15, 2020.

GRUBANO, Everson Cardoso. O esporte adaptado como fator de inclusão social para pessoas com deficiência física. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC**, 2014.

HILGEMBERG, Tatiane. Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Record**, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2019.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. IPC Classification Code. Bonn: IPC, 2015. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/sites/default/files/2024-04/2015%20Athlete%20Classification%20Code%20%28effective%20January%202017%29.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2025.

LIU, Yang; KUDLÁČEK, Martin; JEŠINA, Ondřej. The influence of Paralympic School Day on children's attitudes towards people with disabilities. **Acta Universitatis Palackianae Olomucensis**, Gymnica, Olomouc, v. 40, n. 2, p. 63-69, 2010.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. O conceito de esporte como fenômeno globalizado: Pluralidade e Controvérsias. *Revista Observatorio del Deporte*, p. 147-185, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. *Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2010.

MIRANDA, Tatiane Jacusiel. **Comitê Paralímpico Brasileiro= 15 anos de história**. 2011. Tese de Doutorado. [sn].

NASCIMENTO, Josiely da Silva; PEREIRA, Mariane do Nascimento; OLIVEIRA, Thalita Lúcia Almeida de. Os jogos paralímpicos do ano de 2016 sob o ponto de vista educativo: uma análise na ótica da construção de uma sociedade inclusiva. 2017.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Brasília-DF, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018.

NEVES, Luis Henrique Domingues Verão das; SILVA, Dirceu Santos; SALERNO, Marina Brasiliano. Políticas públicas para o paradesporto: programa bolsa-atleta paralímpico no Mato Grosso do Sul/Brasil. **Movimento**, v. 28, p. e28076, 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Aparecido Alves de. As parolímpíadas escolares e as ações esportivas para a formação de atletas com deficiência: um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019. 2024.

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Editora Vozes Limitada, 2017.

PASINI, Gustavo Moreira. Comitê paralímpico brasileiro: análise do ambiente, estratégia e estrutura organizacional. Campinas-SP; repositório.unicamp.br; 2020.

PASINI, Gustavo Moreira; GUTIERREZ, Gustavo Luis; DUARTE, Edison. Comitê paralímpico brasileiro: análise do ambiente, estratégia e estrutura organizacional. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, 2020.

PINTO, Carmem Lúcia Lascano; BARREIRO, Christianny Bento; SILVEIRA, Denise do Nascimento. Formação Continuada de Professores: ampliando a compreensão acerca deste conceito. Revista Thema, v. 1, n. 7, p. 1 –14, 2010.

REIS, Rafael Estevam et al. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, p. 58-69, 2017.

SALERNO, Marina Brasileiro; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Esporte adaptado como tema da educação física escolar. Conexões, Campinas, SP, v. 6, p. 212–221, 2008.

SALERNO, Marina Brasileiro. A formação em Educação Física e o trabalho com a pessoa com deficiência: Percepção discente. Campinas-SP; repositório.unicamp.br; 2014.

SILVA, Elisabeth Gurgel de França e. Formação continuada, capacitação de professores no ensino do esporte adaptado em escolas públicas de Natal. Orientador: Aguinaldo Cesar Surdi. 2024. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física Licenciatura) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SILVA, Jaqueline Monique Marinho da. O discurso midiático dos Jogos Paralímpicos no Caderno de Esportes do jornal O Globo. 2018.

SILVER, John Russell. Ludwig Guttmann (1899–1980), stoke Mandeville hospital and the paralympic games. **Journal of Medical Biography**, v. 20, n. 3, p. 101-105, 2012.

SOLERA, Bruna et al. Percepções de atletas paralímpicos sobre a inclusão social por meio do esporte. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 42, p. 655-661, 2021.

Recebido em: 00 mes. 202X
Aprovado em: 00 mes. 202X

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

